



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2024016299 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - EXPEDIENTE DO JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ESPERANÇA, REQUISITANDO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DE JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA, PELA PERÍCIA REALIZADA NO PROCESSO Nº 0800188-35.2023.8.15.0171, MOVIDO POR EVANDRO NOBERTO DA SILVA, EM FACE DE SEBASTIANA MARIA DA SILVA.

Data da Autuação: 07/02/2024

Parte: 1ª Vara Mista / Esperança e outros(1)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411550

Nome original: Ofício (Outros) (2).pdf

Data: 05/02/2024 22:08:26

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS PROCESSO Nº. 08001888-35.2



Número: 0800188-35.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**
Última distribuição : **07/02/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.302,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---------------------------------------|--------------------|---------------------------------|-----------------|
| EVANDRO NOBERTO DA SILVA (REQUERENTE) | | | |
| SEBASTIANA MARIA DA SILVA (REQUERIDO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 85043919 | 02/02/2024 12:18 | Ofício (Outros) | Ofício (Outros) |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ESPERANÇA

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram: @esperancacomarca

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) **JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA** aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **EVANDRO NOBERTO DA SILVA** é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme decisão em id. 74220588.

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. 0800188-35.2023.8.15.0171

1.1.2 Natureza da ação: Interdição

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: 1ª Vara da Comarca de Esperança-PB

4 Autor (es): **EVANDRO NOBERTO DA SILVA** CPF/CNPJ: 953.141.054-20

1.5.1 Réu (s): **SEBASTIANA MARIA DA SILVA** CPF/CNPJ: 918.670.704-30



1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (x) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (x) Finais

1.1.8 Valor arbitrado: R\$ 1.000,00 (mil reais)

1.2. DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA

1.3.2 Endereço: RUA FRANCISCO BRANDÃO, 465, MANAIRA, JOÃO PESSOA-PB

1.2.3 Telefone (s): (83) 9 9999-1928

1.2.4 CPF: 053.412.314-73

1.2.5. Banco: BANCO BRASIL 1.2.6. Agência: 1127-4 1.2.7 Conta corrente 8.971-0

1.2.8 Inscrição INSS: ou Inscrição PIS/PASEP: 1903968770-9

1.2.9 Inscrição no Conselho Competente: CRM-PB 7141 RQE-PB 4673

1.3 ANEXAR AS SEGUINTEs PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

1.3.3. Laudo Pericial



ESPERANÇA-PB, em 01 de Fevereiro de 2023.

Kelly Leite Agra
Servidor Responsável
Matrícula Nº. 4784952

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas
Juiz (a) de Direito

Documento 1 página 5 assinado, do processo nº 2024016299, nos termos da Lei 11.419. ADME.09856.37071.88931.51750-0
Cecilio da Silva Inacio [034.462.764-08] em 07/02/2024 10:53





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411552

Nome original: Decisão (2).pdf

Data: 05/02/2024 22:08:26

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS PROCESSO Nº. 0800188835.2



Número: 0800188-35.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**
Última distribuição : **07/02/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.302,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------------------|---------|
| EVANDRO NOBERTO DA SILVA (REQUERENTE) | | | |
| SEBASTIANA MARIA DA SILVA (REQUERIDO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 74220588 | 02/06/2023 14:46 | Decisão | Decisão |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ESPERANÇA

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram: @esperancacomarca

Processo n. 0800188-35.2023.8.15.0171

Autor: EVANDRO NOBERTO DA SILVA

Réu: SEBASTIANA MARIA DA SILVA

DECISÃO:

Vistos etc.

Trata-se de ação de interdição e curatela c/c pedido de curatela provisória proposta por **EVANDRO NOBERTO DA SILVA** em face de **SEBASTIANA MARIA DA SILVA**, todos devidamente qualificados nos autos, que sua mãe é "*HAS, Alzheimer, não havendo condição de gerir sua própria vida*".

Intimada para emenda a inicial, a parte autora apresentou a petição retro.

Decido.

Inicialmente, **recebo** a emenda à inicial retro.



O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 preconiza que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”, podendo ser concedida liminarmente ou após prévia justificação (art. 300, §2º).

Embora a deficiência por si só não resulte automaticamente no reconhecimento da incapacidade civil, isso em virtude das alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), tem-se que, *in casu*, a probabilidade do direito restou devidamente demonstrada, sobretudo porque o laudo de fl. 8 atesta que a Interditanda é portadora de alzheimer e que necessita de cuidados para todas as atividades diárias, alimentando-se via oral com ajuda de cuidador.

Desse modo, a hipótese em tela amolda-se ao artigo 84, §§ 1º e 3º, da Lei n.º 13.146/2015, o qual autoriza, como medida extraordinária, proporcional às circunstâncias de cada caso e por tempo possível, a curatela.

Ademais, a urgência decorre da necessidade de prover os atos comuns da vida, sobretudo a retirada de medicamentos junto ao SUS, de modo que, embora genérico o argumento quanto ao perigo de dano, este pode ser presumido pelas próprias circunstâncias pessoais do demandado.

Destarte, com fulcro nos dispositivos legais mencionados, **defiro** a tutela de urgência nomeando a autora como curadora provisória do interditando para o fim exclusivo de representação nos atos de conteúdo negocial ou patrimonial, observados os limites expressos no artigo 85, *caput* e § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Expeça-se o termo de curatela provisória, com as cautelas legais. **Intime-se** a curadora para, nos termos do artigo 759 do Código de Processo Civil, comparecer ao cartório desta unidade judiciária para assinar o referido termo, o qual será elaborado pela Escrivania, observando as disposições do § 4º, do artigo 84, da Lei n.º 13.146/2015.

Nos termos do artigo 751 do Código de Processo Civil, **designo** audiência de entrevista do interditando **para o dia 16/06/2023, às 11:00h**, a qual será realizada por videoconferência, através do programa ZOOM, e o link para acesso à sala virtual é o seguinte:

<https://us02web.zoom.us/j/2370150306>.

Na hipótese de alguma parte não poder participar por videoconferência, deverá comparecer ao fórum, onde será ouvida com os cuidados necessários e também pela via eletrônica.



Cite-se o interditando para comparecer à audiência, advertindo-o de que, após a audiência, terá o **prazo de 15 (quinze) dias** para impugnar o pedido (art. 752, CPC), constituindo advogado e, caso não o faça, consigne-se que ser-lhe-á nomeada a Defensoria Pública como curadora especial (art. 752, §2º, CPC).

Notifique-se o Ministério Público (art. 752, § 1º, CPC).

Por fim, **defiro** a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e ss., NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Intime-se o(a) Requerente através do(a) advogado(a) constituída nos autos.

Cumpra-se, com as cautelas legais.
Esperança/PB, 2 de junho de 2023.

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas

Juíza de Direito





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411551

Nome original: Laudo Pericial.pdf

Data: 05/02/2024 22:08:26

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS PROCESSO Nº. 0800188835.2



Número: 0800188-35.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**
Última distribuição : **07/02/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.302,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------------------|----------------|
| EVANDRO NOBERTO DA SILVA (REQUERENTE) | | | |
| SEBASTIANA MARIA DA SILVA (REQUERIDO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 85041656 | 01/02/2024 09:14 | Laudo Pericial | Laudo Pericial |



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
FÓRUM DR. SAMUEL DUARTE**

**EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE
ESPERANÇA-PB**

LAUDO MÉDICO-PERICIAL

Data da Entrevista: 14/08/2023

Processo nº: 0800188-35.2023.8.15.0171

Motivo: Avaliação sobre Interdição

Determinação: Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Esperança

Pericianda: Sebastiana Maria da Silva

Acompanhante: Evandro Noberto da Silva (Filho)

Perito Médico Psiquiatra: Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega

1 - IDENTIFICAÇÃO:

Pericianda, 91 anos, natural e procedente de Esperança-PB, primeiro grau incompleto, viúva, aposentada, católica.

2 - MOTIVO E CIRCUNSTÂNCIAS DO EXAME:

Elaboração de laudo de avaliação sobre interdição cível por solicitação da Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas.

O exame foi realizado no domicílio da pericianda, no Sítio Caldeirão S/N, zona rural, Esperança-PB.

Foram realizadas entrevistas com a pericianda e com seu filho (Evandro Noberto da Silva).

3 - HISTÓRIA MÉDICA (Obtida em entrevista médica realizada em 14/08/2023 com pericianda e com filho):

Filho informa que há aproximadamente 09 anos a pericianda começou a apresentar alguns esquecimentos. Diz que, gradualmente, isso foi se tornando mais evidente, sendo que ela passou a ter maior dificuldade para lembrar de eventos mais recentes. Relata que, especialmente, nos últimos 03 anos, isso passou a ser mais notório, e ela passou a ter dificuldade até mesmo para reconhecer nomes de pessoas de seu convívio. Destaca que, anteriormente, cozinhava muito bem, e que perdeu interesse e habilidade em preparar refeições. Refere que ela depende de auxílio, no



cotidiano, até mesmo para atividades mais básicas, como realização de higiene pessoal. Informa ainda sobre prejuízos em sua capacidade de orientação e em linguagem. Afirma sobre episódios de agitação psicomotora nos últimos dois anos, bem como sobre discurso com ideias delirantes, nesse período; a exemplo de ter afirmado que iria até a casa de seus pais. Diz que em novembro de 2022, após queda, ela teve fratura de fêmur, ficando restrita ao leito. Relata que, no momento, ela está em uso de Memantina (20mg/dia) e uso de haloperidol (1mg/dia, quando necessário). Nega história anterior de sintomatologia compatível com transtorno mental. Nega etilismo ou tabagismo. Afirma que ela tem hipertensão arterial sistêmica. Nega outras comorbidades (inclusive, diagnóstico prévio de acidente vascular cerebral).

Exame do estado mental: Pericianda em leito, algo sonolenta, orientada parcialmente em espaço e em tempo, atitude não-cooperante, afeto distanciado, verbalizando pouco, hipotenaz.

4 - DIAGNÓSTICO:

A pericianda apresenta diagnóstico de Demência na Doença de Alzheimer, que é codificada em F00, pela Classificação Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10).

5 - CONCLUSÃO:

A pericianda é incapaz, permanentemente, de gerir, de forma eficiente e responsável, sua pessoa e seus bens. É incapaz, permanentemente, de exercer, de modo eficiente e responsável, atos da vida cível.

6 - RESPOSTAS AOS QUESITOS FOMULADOS PELO JUÍZO:

- A) É a interditanda portadora de doença física ou mental? **Resposta: Sim, doença mental.**
- B) É a interditanda possuidora de anomalia psíquica? **Resposta: Sim.**
- C) Em caso positivo, qual o tipo de doença física/mental, retardamento ou anomalia que representa? **Resposta: A pericianda apresenta diagnóstico de Demência na Doença de Alzheimer, que é codificado em F00, pela Classificação Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10).**
- D) Em face do quadro clínico apresentado é a interditanda capaz, total ou parcialmente, de entender os fatos e os atos da vida civil, ou de determinar-se de acordo com este entendimento, bem como exprimir precisamente sua vontade? **Resposta: Incapaz parcialmente de entender fatos e atos da vida civil, e de exprimir sua vontade. Incapaz, totalmente, de determinar-se.**
- E) É a interditanda total ou parcialmente incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens, e praticar os demais atos da vida civil? **Resposta:**



A interditanda é totalmente incapaz de reger sua pessoa, de administrar seus bens, e de praticar os demais atos da vida civil.

- F) Em caso de confirmada a existência de doença que acomete a interditanda, quais são as características dessa doença? **Resposta: Caracteriza-se por declínio cognitivo, de evolução insidiosa. Com o tempo, espera-se prejuízo muito significativo, por exemplo, em memória, orientação, atenção, desenvolvimento de raciocínio e em capacidade de planejamento. Há também, frequentemente, evolução com oscilações em humor, manifestações psicóticas, mudança em padrão de sono e alteração comportamental; como atitude hostil, agitação e agressividade.**
- G) A referida doença interfere no estado de lucidez da pessoa? **Resposta: Sim.**
- H) A doença em questão tem prognóstico de cura? **Resposta: Não.**
- I) No caso de incapacidade parcial, quais os limites da incapacidade? **Resposta: Não se aplica.**

Por ser esta expressão de meu saber e boa-fé, assino o presente.



Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega
Perito Médico Psiquiatra – **CRM-PB 7141 RQE-PB 4673**

19 de novembro de 2023





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411553

Nome original: Termo de Audiência.pdf

Data: 05/02/2024 22:08:26

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS PROCESSO Nº. 08001888-35.2



Número: 0800188-35.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**
Última distribuição : **07/02/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.302,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---------------------------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------|
| EVANDRO NOBERTO DA SILVA (REQUERENTE) | | | |
| SEBASTIANA MARIA DA SILVA (REQUERIDO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 75769740 | 07/07/2023 09:37 | Termo de Audiência | Termo de Audiência |



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE ESPERANÇA**

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram:@esperancacomarca

Processo: 0800188-35.2023.8.15.0171

TERMO DE AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA

Aos 7 de julho de 2023, nesta cidade de Esperança, Estado da Paraíba, na sala de audiências desta Vara, pelas 09:15h, perante a Dra. PAULA FRASSINETTI NOBREGA DE MIRANDA DANTAS, MMª Juíza de Direito desta Vara, foi aberta a audiência nos autos da ação acima citada. Feitos os pregões de estilo, verificou-se o seguinte:

PRESENTES

Promotora de Justiça: Dra. Ana Grazielle Araújo Batista de Oliveira

Autor(a): EVANDRO NOBERTO DA SILVA, acompanhado da Defensora Pública Dra. Anaiza Silveira

Interditando(a): SEBASTIANA MARIA DA SILVA

RESUMO DOS ACONTECIMENTOS

Abertos os trabalhos, verificou-se a presença das partes acima nominadas no ambiente virtual Zoom. As partes foram esclarecidas e advertidas da sistemática adotada na realização do presente ato por videoconferência antes do início e não manifestaram qualquer oposição. **Após,** passou a entrevistar o(a) interditando(a), acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil, conforme gravação disponível no sistema PJE MÍDIA. Cumprido o ritual do art. 752 do CPC, fica o(a) interditando(a) intimado(a) para, no prazo de quinze dias, querendo, apresentar impugnação ao pedido, podendo constituir advogado(a). Escoado o prazo sem qualquer manifestação, fica, desde já, nomeada a Defensora Pública **Dra. Ana Paula Miranda** como Curadora Especial, devendo os autos lhe serem remetidos para os devidos fins. Ademais, **nomeio** como perito o médico psiquiatra Dr. Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CRM/PB 7141, RQE 4673, cadastrado no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço profissional na clínica Ativamente, localizada na rua Antônio Rabelo Júnior, 161, Miramar, João Pessoa/PB, telefone (83) 99999-1928. Considerando que a perícia deverá ser realizada *in loco* e a interditanda reside em área rural, de difícil acesso, o que dificulta o deslocamento do perito, tendo em vista o disposto no artigo 5º da Resolução 09/2017 do Tribunal de Justiça deste Estado, **fixo os honorários periciais** em R\$ 1.000,00 (mil reais). O perito deverá responder, além dos quesitos eventualmente apresentados pelas partes, aos seguintes: a) É o interditando portador de doença física ou mental? b) É o interditando possuidor de anomalia psíquica? c) Em caso positivo, qual o tipo de doença física/mental, retardamento ou anomalia que representa? d) Em face do quadro clínico apresentado é o interditando capaz, total ou parcialmente, de entender os fatos e os atos da vida civil, ou de determinar-se de acordo com este entendimento, bem como exprimir precisamente sua vontade? e) É o interditando total ou parcialmente incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens, e praticar os demais atos da vida civil? f) Em caso de confirmada a existência de doença que acomete o interditando, quais são as características dessa doença? g) A referida doença interfere no estado de lucidez da pessoa? h) A doença em questão tem prognóstico de cura? i) No caso de incapacidade parcial, quais os limites da incapacidade? (Neste



quesito, o perito deverá especificar quais as atividades que o interditando não consegue realizar sem auxílio, ex.: gestão do patrimônio, higiene pessoal, capacidade laboral, cuidados com a casa etc.) **Designo**, desde logo, a realização da perícia para o dia **14/08/2023**, na residência da interditanda, **às 13h**. Presentes intimados em audiência. Com a entrega do laudo pericial, **requisite-se** o pagamento dos honorários periciais ao Tribunal de Justiça, na forma do Ato da Presidência n. 99/2017. Nada mais havendo a tratar, determinou-se o encerramento do presente termo que, depois de lido, segue assinado apenas por esta magistrada, que o digitou, dada a natureza do ato e circunstâncias excepcionais.

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas

Juíza de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]





Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.016.299

Requerente: Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança

Interessado: Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega – Perito Médico Psiquiatra

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800188-35.2023.8.15.0171, movida por EVANDRO NOBERTO DA SILVA, CPF 953.141.054-20, em face de SEBASTIANA MARIA DA SILVA, CPF 918.670.704-30, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança.

A Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, inciso IV, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo anexado às fls. 14/16 dos presentes autos.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, encontra-se na situação de ativo.

No caso em tela, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800188-35.2023.8.15.0171, movida por EVANDRO NOBERTO DA SILVA, CPF 953.141.054-20, em face de SEBASTIANA MARIA DA SILVA, CPF 918.670.704-30, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança, ultrapassa o valor máximo estabelecido na Tabela I, Anexo I, da referida Resolução Administrativa.

Nesse contexto, o pedido de pagamento da despesa fica condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura, nos termos do artigo 5º da Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, para onde deve ser remetido o presente ADM Eletrônico, a fim de ser distribuído a um dos seus integrantes.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 07 de fevereiro de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0800188-35.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**
Última distribuição : **07/02/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.302,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------------------|--------------|
| EVANDRO NOBERTO DA SILVA (REQUERENTE) | | | |
| SEBASTIANA MARIA DA SILVA (REQUERIDO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 85339713 | 07/02/2024 12:01 | Comunicações | Comunicações |

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2024.016.299 - referente a requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DE 2º GRAU

TERMO DE RECEBIMENTO

Processo: 0000013-68.2024.815.0000 Num 1º Grau: 0800188-35.2023.815.0171
Data de Entrada : 08/02/2024 Hora: 12:47
Número de Volumes: 1 Qtd Folhas: 23 Qtd de Apensos:
Numeração : 02 A 24 Qtd Vol.Apenso:
Número de Folhas : Repetidas: Omitidas:
 Em Branco:
Agravo Retido às folhas de : a

Classe : PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto: HONORARIOS PERICIAIS.

Histórico : EXP DA 1A VARA DA COMARCA DE ESPERANCA, REQUISI -
TANDO PAGAMENTO DE HONORARIOS EM FAVOR DE JORGE
LUIZ DE MEDEIROS NOBREGA, PELA PERICIA REALIZADA
NO PROCESSO 0800188-35.2023.8.15.0171

Autor: EVANDRO NOBERTO DA SILVA
Reu : SEBASTIANA MARIA DA SILVA

João Pessoa, 8 de fevereiro de 2024

Responsavel pela Digitação

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA

TERMO DE AUTUAÇÃO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO

ESTES AUTOS FORAM DISTRIBUIDOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO,
REGISTRADOS EM MEIO MAGNÉTICO E AUTUADOS COM AS OBSERVAÇÕES ABAIXO:

Processo : 0000013-68.2024.815.0000 Processo CPJ: /
Proc 1º Grau: 0800188-35.2023.815.0171 Processo 1º:
Autuado em : 08/02/2024
Classe : PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Valor da Causa : Volumes : 001
Comarca : 999 -----
Tipo Distrib. : AUTOMATICA Distrib. em: 08/02/2024 12:49
Órgão Julgador : CONSELHO DA MAGISTRATURA
Relator : 085 DES. FREDERICO MARTINHO DA NOBREGA COUTI

Assunto :
HONORARIOS PERICIAIS.

IDENTIFICACAO DAS PARTES:
-----:

EXPEDIENTE DA 1ª VARA DA COMARCA DE ESPERANCA, RE-
QUISITANDO PAGAMENTO DE HONORARIOS EM FAVOR DE JOR-
GE LUIZ DE MEDEIROS NOBREGA, PELA PERICIA REALIZADA
NO PROCESSO N 0800188-35.2023.8.15.0171, MOVIDO POR
EVANDRO NOBERTO DA SILVA, EM FACE DE SEBASTIANA MA-
RIA DA SILVA. (ADM 2024.016.299)

JOAO PESSOA, 8 DE FEVEREIRO DE 2024

RESPONSAVEL PELA DIGITACAO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA MAGISTRATURA

Vistos.

Em mesa para julgamento.

Cumpra-se.

João Pessoa, data do registro
eletrônico.

Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
Desembargador
Relator



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Assessoria do Conselho da Magistratura

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2024.016.299. Requerente: Juízo da 1ª Vara Mista da Comarca de Esperança. **Assunto:** Solicitação de pagamento de honorários periciais em favor do Perito Médico Psiquiatra Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, por perícia realizada no processo n° 0800188-35.2023.8.15.0171.

Certidão

Certifico, para fins e efeitos legais, que os integrantes do Egrégio Conselho da Magistratura, em sessão ordinária, hoje realizada, apreciando o processo acima identificado em pauta suplementar, proferiram a seguinte decisão:

AUTORIZADO O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NO VALOR DE R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS). UNÂNIME.

Presidiu a sessão, com voto, o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Benedito da Silva – Presidente. *Relator: Excelentíssimo Senhor Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho.* Participaram, ainda, do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Carlos Martins Beltrão Filho (Corregedor-Geral de Justiça), Maria das Graças Morais Guedes (Vice-Presidente), Joás de Brito Pereira Filho e Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

Ausente o representante do Ministério Público Estadual.

Conselho da Magistratura, Sala de Sessões “*Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade*” do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 16 de fevereiro de 2024.

Robson de Lima Cananéa
DIRETOR ESPECIAL

24PS.II



Número: 0800188-35.2023.8.15.0171

Classe: INTERDIÇÃO
Órgão julgador: 1ª Vara Mista de Esperança
Última distribuição : 07/02/2023
Valor da causa: R\$ 1.302,00
Assuntos: Curatela
Segredo de justiça? NÃO
Justiça gratuita? SIM
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------------------|--------------|
| EVANDRO NOBERTO DA SILVA (REQUERENTE) | | | |
| SEBASTIANA MARIA DA SILVA (REQUERIDO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 85718243 | 17/02/2024 15:11 | Comunicações | Comunicações |

Decisão do CONSELHO DA MAGISTRATURA, lançada no ADM - Processo nº 2024.016.299 - referente a requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

